

ANEXO 05
TARIFAS

ÍNDICE

1.	INFORMAÇÕES INICIAIS.....	3
2.	TARIFAS AEROPORTUÁRIAS	5
3.	REGULAÇÃO TARIFÁRIA	6
4.	RELATÓRIOS DE REMUNERAÇÃO DAS TARIFAS AEROPORTUÁRIAS	8
5.	SISTEMÁTICA DE COBRANÇA DAS TARIFAS AEROPORTUÁRIAS	10

1. INFORMAÇÕES INICIAIS

1.1. Introdução.

- 1.1.1. O presente ANEXO dispõe sobre as TARIFAS AEROPORTUÁRIAS que poderão ser cobradas pela CONCESSIONÁRIA, sobre as restrições regulatórias aplicáveis à determinação dos valores das TARIFAS, sobre as informações relativas à arrecadação das TARIFAS AEROPORTUÁRIAS a serem prestadas pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP e sobre a sistemática de arrecadação e repasse desses valores.
- 1.1.2. Os valores indicados no capítulo 3 deste ANEXO correspondem ao limite máximo que poderá ser cobrado pela CONCESSIONÁRIA como forma de remuneração pelas referidas atividades, observadas as regras de reajuste e as diretrizes estabelecidas na Cláusula Décima do CONTRATO.
- 1.1.3. A CONCESSIONÁRIA deverá observar as isenções e benefícios tarifários previstos em leis ou atos normativos vigentes. A prorrogação de isenções e benefícios tarifários vigentes na data de apresentação das PROPOSTAS DE PREÇO, bem como a instituição de novas hipóteses de isenção e benefícios tarifários, após a data de apresentação das PROPOSTAS DE PREÇO, ensejarão recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

1.2. Definições.

- 1.2.1. Para os fins do presente ANEXO, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as expressões seguintes são assim definidas:
 - 1.2.1.1. **Carga:** todo bem transportado por qualquer modal, com ou sem destinação comercial;
 - 1.2.1.2. **Carga em Trânsito:** carga sob controle aduaneiro, não nacionalizada no aeroporto de descarga, destinada ao exterior ou a outros recintos alfandegados, de zona primária ou secundária, no território nacional;
 - 1.2.1.3. **Grupo I:** as aeronaves das empresas de transporte aéreo regular e não regular registradas para as seguintes atividades:
 - i. Domésticas regulares: aeronaves de empresas de transporte aéreo brasileiras, operando serviços de transporte, conforme registrado na ANAC, em cumprimento a regulamentação específica;
 - ii. Internacionais regulares: aeronaves de empresas de transporte aéreo nacionais ou estrangeiras, operando serviços de transporte, com pouso ou sobrevoos do território nacional, conforme registrado na ANAC, em cumprimento a regulamentação específica;

- iii. Não regulares: de carga e/ou passageiros, aeronaves de empresas brasileiras ou estrangeiras, exceto táxi aéreo; e
 - iv. Aeronaves enquadradas no GRUPO I que realizarem atividades de transporte aéreo regular, doméstico ou internacional, ainda que efetuando voos de fretamento, reforço, traslado, de carga e/ou passageiros.
- 1.2.1.4. **PMD**: Peso Máximo de Decolagem, em toneladas, definido conforme informação constante do Certificado de Aeronavegabilidade da aeronave ou outro documento que o substitua.
- 1.2.1.5. **Passageiros Tarifados**: Passageiros que embarcam no aeroporto, incluindo passageiros em conexão, sobre os quais não incidem quaisquer isenções ou benefícios tarifários previstos em leis ou atos normativos vigentes.
- 1.2.1.6. **Receita Tarifária**: receita proveniente das tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência aplicáveis às operações do GRUPO I, excluindo operações exclusivamente cargueiras e voos de serviço, alternados e de retorno;
- 1.2.1.7. **Recinto Alfandegado**: espaço(s) físico(s) delimitado(s) na área aeroportuária, destinado(s) à movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou a serem exportadas, que devam permanecer sob controle aduaneiro;
- 1.2.1.8. **Território Aduaneiro**: todo território nacional, que compreende:
- i. **Zona Primária**
 - A área terrestre ou aquática, contínua ou descontínua, ocupada pelos portos alfandegados;
 - A área terrestre ocupada pelos aeroportos alfandegados; e
 - A área adjacente aos pontos de fronteiras alfandegados.
 - ii. **Zona Secundária**: parte restante do território aduaneiro, nela incluídas as águas territoriais e o espaço aéreo.
- 1.2.1.9. **Teto Tarifário**: valor máximo, estabelecido neste ANEXO e reajustado ou revisado nos termos do CONTRATO, que poderá ser estabelecido pela CONCESSIONÁRIA para uma TARIFA AEROPORTUÁRIA;

2. TARIFAS AEROPORTUÁRIAS

2.1. Considerações.

2.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá observar as disposições sobre TARIFAS AEROPORTUÁRIAS constantes da Lei nº 6.009/1973, do Decreto nº 89.121/1983, da Resolução ANAC nº 392/2016, das normas que as substituam ou de normas que venham a disciplinar a matéria.

2.1.2. As TARIFAS são devidas pelos USUÁRIOS quando da efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no Aeroporto e têm por objetivo remunerar a CONCESSIONÁRIA pelos serviços prestados conforme discriminado neste Anexo.

2.1.3. A CONCESSIONÁRIA será remunerada por meio das seguintes TARIFAS AEROPORTUÁRIAS, quando cabível:

- (i) Tarifa de Embarque;
- (ii) Tarifa de Conexão;
- (iii) Tarifa de Pouso;
- (iv) Tarifa de Permanência;
- (v) Tarifa de Armazenagem; e
- (vi) Tarifa de Capatazia.

2.1.4. As TARIFAS AEROPORTUÁRIAS remuneram os seguintes serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis no Aeroporto:

- (i) Tarifa de Embarque e Tarifa de Conexão: remuneram o terminal de passageiros, abrangendo, conforme o caso, embarque, desembarque, orientação, conforto e segurança, observada a regulamentação vigente.
- (ii) Tarifa de Pouso e Tarifa de Permanência: remuneram, respectivamente, a pista de pouso e de táxi e as áreas de permanência, observada a regulamentação vigente.

2.1.4.1. Além de observar o disposto no Decreto nº 89.121/1983, as Tarifas de Pouso e Permanência podem incluir componente fixo.

- (iii) A Tarifa de Armazenagem: remunera os serviços de armazenamento, guarda e controle das mercadorias nos Armazéns de Carga Aérea do Aeroporto.
- (iv) A Tarifa de Capatazia: remunera os serviços de movimentação e manuseio das mercadorias nos Armazéns de Carga Aérea do

Anexo 05 – Complexo Aeroportuário | Bloco Nordeste e Bloco Sudeste
 Aeroporto.

2.1.4.4.1. Deverá ser observada a Tarifa de Capatazia da Carga Importada em Trânsito e de Carga Exportada em Trânsito nos seguinte casos:

- i. Carga removida para outros recintos alfandegados da zona primária estabelecidos em aeroportos, portos etc.;
- ii. Carga em trânsito internacional no país;
- iii. Carga removida para outros recintos alfandegados da zona secundária, sob regime especial de trânsito aduaneiro; e
- iv. Demais casos de trânsito aduaneiro previstos na legislação aplicável.

3. REGULAÇÃO TARIFÁRIA

3.1. Ao estabelecer os valores das TARIFAS para cada aeroporto, a CONCESSIONÁRIA deverá observar as diretrizes da Cláusula Nona do Contrato, além das isenções tarifárias previstas em leis e normativos vigentes, inclusive a Resolução ANAC nº 392/2016 e a Portaria nº 219/GC-5/2001 ou outra que a substitua.

3.2. As TARIFAS cobradas pela CONCESSIONÁRIA dos USUÁRIOS não poderão ultrapassar os TETOS TARIFÁRIOS indicados abaixo:

Tarifas de embarque e Conexão (R\$ por passageiro embarcado)

	Andradina, Avaré, Barretos, Dracena, Penápolis, São Manuel, Assis, Guaratinguetá, Tupã, Votuporanga	Araçatuba, Araraquara, Marília, Bauru, Pres. Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto
Voos domésticos		
Embarque	R\$ 21.45	R\$ 25.89
Conexão	R\$ 6.48	R\$ 7.92

Tarifas de Pouso Grupo I (Aviação Regular)

	Andradina, Avaré, Barretos, Dracena, Penápolis, São Manuel, Assis, Guaratinguetá, Tupã, Votuporanga, Franca, São Carlos, Sorocaba, Presidente Epitácio.	Araçatuba, Araraquara, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Registro, São José do Rio Preto
Grupo I Voos domésticos		
Pouso(ton.)	R\$ 6.42	R\$ 8.49

Tarifas de Pouso Grupo II (Aviação Geral e Não-Regular)

	Andradina, Avaré, Barretos, Dracena, Penápolis, São Manuel, Assis, Guaratinguetá, Tupã, Votuporanga, Franca, São Carlos, Sorocaba	Araçatuba, Araraquara, Marília, Bauru, Pres. Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto	Presidente Epitácio, Registro
Grupo II Voos domésticos Faixas de PMD (ton.)			
Até 1	R\$ 54,22	R\$ 96,98	R\$ 33,00
mais de 1 até 2	R\$ 77,27	R\$ 96,98	R\$ 47,24
mais de 2 até 4	R\$ 134,21	R\$ 168,76	R\$ 80,88
mais de 4 até 6	R\$ 272,42	R\$ 341,12	R\$ 164,80
mais de 6 até 12	R\$ 352,81	R\$ 444,07	R\$ 210,98
mais de 12 até 24	R\$ 802,77	R\$ 1.008,81	R\$ 483,92
mais de 24 até 48	R\$ 2.064,46	R\$ 2.589,31	R\$ 1.255,61
mais de 48 até 100	R\$ 2.436,64	R\$ 3.064,26	R\$ 1.462,51
mais de 100 até 200	R\$ 4.763,44	R\$ 5.000,19	R\$ 2.411,81
mais de 200 até 300	R\$ 6.245,47	R\$ 7.892,10	R\$ 3.655,04
Mais de 300	R\$ 10.458,90	R\$ 13.192,68	R\$ 6.179,90

Permanência em Pátio de Manobras (R\$ por tonelada por hora)

	Andradina, Avaré, Barretos, Dracena, Penápolis, São Manuel, Assis, Guaratinguetá, Tupã, Votuporanga		Araçatuba, Araraquara, Marília, Bauru, Presidente Prudente		
Grupo I Voos domésticos					
Permanência (ton. horas)	R\$ 1,2875	R\$ 0,2699	R\$ 1,6612	R\$ 0,3532	
	Andradina, Avaré, Barretos, Dracena, Penápolis, São Manuel, Assis, Guaratinguetá, Tupã, Votuporanga, Franca, São Carlos, Sorocaba		Araçatuba, Araraquara, Marília, Bauru, Pres. Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto		Presidente Epitácio, Registro
Grupo II Voos domésticos Faixas de PMD (ton.)					
Até 1	17,71		22,82		5,00
mais de 1 até 2	25,29		22,82		7,23
mais de 2 até 4	25,29		22,82		7,23
mais de 4 até 6	25,29		22,82		7,23
mais de 6 até 12	25,29		22,82		7,23
mais de 12 até 24	25,33		33,16		11,90
mais de 24 até 48	50,71		66,53		23,65
mais de 48 até 100	84,06		110,14		39,16
mais de 100 até 200	190,38		249,62		88,96
mais de 200 até 300	331,90		435,31		154,79
Mais de 300	482,74		632,93		225,31

3.2.1. Os valores dispostos nas tabelas acima têm como referência o IPCA divulgado pelo IBGE em janeiro de 2018.

- (i) Os valores de TETO TARIFÁRIO que irão vigorar no ano-calendário da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO deverão ser atualizados na DATA DE EFICÁCIA com base no último IPCA divulgado pelo IBGE no mês da DATA DE EFICÁCIA ou, caso não tenha sido divulgado, com último índice disponível.

4. RELATÓRIOS DE REMUNERAÇÃO DAS TARIFAS AEROPORTUÁRIAS

4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar mensalmente à ARTESP, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente ao que se refere a informação, os seguintes Relatórios de Remuneração das TARIFAS AEROPORTUÁRIAS:

4.1.1. Relatório de Remuneração das Tarifas de Embarque e Conexão – RTEC; e

4.1.2. Relatório de Remuneração das Tarifas de Pouso e Permanência – RTAP.

4.2. O RTEC deverá contemplar os dados referentes aos voos de aeronaves de passageiros do Grupo I, cujas receitas associadas à cobrança ou estorno das tarifas de embarque ou conexão tenham sido reconhecidas, contabilmente, no mês de referência:

4.2.1. Código de identificação da operação aeroportuária;

4.2.2. Código de lançamento;

4.2.3. Descrição do lançamento (novo, estorno ou complementação);

4.2.4. Marca de nacionalidade e matrícula da aeronave;

4.2.5. Empresa área ou operador da aeronave;

4.2.6. Número do voo;

4.2.7. Data e horário programado do voo;

4.2.8. Natureza do voo (doméstico ou internacional);

4.2.9. Tarifa de Embarque e Tarifa de Conexão cobradas;

4.2.10. Quantidade de passageiros incidentes da Tarifa de Embarque e quantidade de passageiros incidentes da Tarifa de Conexão;

4.2.11. Quantidade de passageiros isentos da Tarifa de Embarque e quantidade de passageiros isentos da Tarifa de Conexão;

4.2.12. Remuneração devida em função da Tarifa de Embarque cobrada e remuneração devida em função da Tarifa de Conexão cobrada;

4.2.13. Forma de pagamento (à vista ou à posteriori) da Tarifa de Embarque e da Tarifa de Conexão;

4.2.14. Código identificador da fatura de cobrança da Tarifa de Embarque ou da Tarifa de Conexão;

4.2.15. Data de reconhecimento contábil da receita da Tarifa de Embarque ou da Tarifa de Conexão.

4.3. O RTAP deverá contemplar os dados referentes aos voos de aeronaves que pousaram no aeroporto, cujas receitas associadas à cobrança ou estorno da tarifa de pouso ou da tarifa de permanência, em pátio de manobras ou em pátio de estadia, tenham sido reconhecidas, contabilmente, no mês de referência:

- 4.3.1. Código de identificação da operação aeroportuária;
- 4.3.2. Código de lançamento;
- 4.3.3. Descrição do lançamento (novo, estorno ou complementação);
- 4.3.4. Marca de nacionalidade e matrícula da aeronave;
- 4.3.5. Peso máximo de decolagem (PMD);
- 4.3.6. Empresa área ou operador da aeronave;
- 4.3.7. Número do voo;
- 4.3.8. Data e horário programado do voo;
- 4.3.9. Natureza do voo (doméstico ou internacional);
- 4.3.10. Grupo da aeronave;
- 4.3.11. Tempo de permanência, em pátio de manobras e em pátio de estadia;
- 4.3.12. Tarifas de Pouso cobrada e Tarifa de Permanência cobradas, em pátio de manobras e em pátio de estadia;
- 4.3.13. Remuneração devida em função da Tarifa de Pouso cobrada e remuneração devida em função das Tarifas de Permanência, em pátio de manobras e em pátio de estadia;
- 4.3.14. Forma de pagamento (à vista ou à posteriori) das Tarifas de Pouso e de Permanência, em pátio de manobras e em pátio de estadia;
- 4.3.15. Código identificador da fatura de cobrança das Tarifas de Pouso e de Permanência, em pátio de manobras e em pátio de estadia;
- 4.3.16. Data de reconhecimento contábil da receita da Tarifa de Pouso cobrada e data de reconhecimento contábil da receita das Tarifas de Permanência, em pátio de manobras e em pátio de estadia.

4.4. A ARTESP estabelecerá a estrutura e os procedimentos de remessa dos dados, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias antes do início do envio do primeiro RTEC e do RTAP.

- 4.4.1. O envio do RTEC e do RTAP se iniciará somente após a assunção das operações do aeroporto pela CONCESSIONÁRIA (Estágio 3 da Fase I-A).

5. SISTEMÁTICA DE COBRANÇA DAS TARIFAS AEROPORTUÁRIAS

- 5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter, desde a assunção das operações até o término da CONCESSÃO, sistema de cobrança das TARIFAS AEROPORTUÁRIAS que contemple os processos de coleta, cobrança e pagamento das TARIFAS ou aderir aos sistemas de cobrança existentes.
- 5.2. O critério de reconhecimento das receitas das TARIFAS AEROPORTUÁRIAS deverá observar os normativos contábeis, observando o fato gerador de cada TARIFA.
- 5.3. O sistema de cobrança das TARIFAS AEROPORTUÁRIAS deverá ser capaz de gerar o RTEC e o RTAP.
- 5.4. O sistema de cobrança das TARIFAS AEROPORTUÁRIAS tarifas aeroportuárias deverá ter política de segurança que faça o controle de alteração dos dados no sistema, que rastreie o usuário, a data, o horário e os dados modificados.
- 5.5. O sistema de cobrança das tarifas aeroportuárias TARIFAS AEROPORTUÁRIAS deverá manter os dados por um período mínimo de 5 (cinco) anos.
 - 5.6. As TARIFAS poderão ser cobradas à vista ou a posteriori no prazo máximo definido pela CONCESSIONÁRIA, diretamente das EMPRESAS AÉREAS e dos demais USUÁRIOS do Aeroporto.
 - 5.6.1. É vedada a diferenciação dos prazos por USUÁRIO, mas tão somente por categoria de serviços prestados.
- 5.7. A ARTESP poderá, a qualquer momento, realizar auditorias, requisitar a exportação imediata de registros eletrônicos constante no sistema de cobrança das TARIFAS AEROPORTUÁRIAS durante a fiscalização, exigir a apresentação de quaisquer documentos ou informações necessárias à verificação da fidedignidade, consistência e precisão dos dados registrados.
 - 5.8. Para avaliação da metodologia de coleta dos dados, cobrança das TARIFAS AEROPORTUÁRIAS e verificação da consistência e fidedignidade dos dados reportados pela CONCESSIONÁRIA, a ARTESP poderá recorrer a serviço técnico de empresa especializada de auditoria independente, a ser indicada, contratada e remunerada pela CONCESSIONÁRIA, cabendo à ARTESP o direito de veto na quanto à indicação realizada pela CONCESSIONÁRIA.
 - 5.9. Todas as TARIFAS auferidas pela CONCESSIONÁRIA, assim como demais RECEITAS TARIFÁRIAS e NÃO TARIFÁRIAS, nos termos do CONTRATO, deverão ser depositadas na CONTA CENTRALIZADORA, para fins da realização dos descontos devidos antes da disponibilização dos montantes em conta de livre movimentação da CONCESSIONÁRIA.